

Contribuições do NPMS ao campo de estudos sobre movimentos sociais, participação e democracia (2014-2023)

Lígia Helena Hahn Lüchmann¹

Luana do Rocio Taborda²

Márcia Inês Schaefer³

Resumo

Celebrando os 40 anos do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), o artigo apresenta um mapeamento da produção discente (Pós-Graduação) e docente na última década (2014-2023), com dados quantitativos (Produção acadêmica do NPMS por tipo e por temáticas), e qualitativos, destacando quatro eixos analíticos que compareceram de forma mais estruturante no conjunto de suas investigações e publicações, em muitos casos em uma perspectiva transversal, quais sejam: Participação e representação política de minorias sociais; Modalidades e articulações “de” e “entre” participação e instituição/representação política; Religião e política; e Reflexões teóricas sobre associativismo, participação e democracia. O artigo também presta homenagem à professora Ilse Scherer-Warren, fundadora e referência central na produção do NPMS.

Palavras-chave: NPMS, movimentos sociais, associativismo, participação política, democracia

¹ Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP), Professora do PPG em Sociologia e Ciência Política (UFSC), Pesquisadora do NPMS/UFSC. E-mail: ligia@cfh.ufsc.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2622-2106>

² Doutoranda em Sociologia e Ciência Política (UFSC) em cotutela com o Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE. E-mail: luanadorocio@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1712-1963>

³ Doutoranda em Sociologia e Ciência Política (UFSC). E-mail: marciainesschaefer@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3856-742X>



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

I. Introdução

Fundado, em 1983, pela professora Ilse Scherer-Warren e vinculado à linha de pesquisa “Movimentos Sociais, Participação e Democracia” do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC, o Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) celebra os seus 40 anos dedicando-se aos estudos sobre a temática dos movimentos sociais, da sociedade civil, do associativismo, da participação e representação política, da democracia e temas correlatos. Nesse sentido, os principais objetivos do Núcleo são os de investigar sistemática e comparativamente os referenciais teóricos e metodológicos produzidos na área de Movimentos Sociais, da Participação e da Democracia, promovendo pesquisas teóricas e empíricas voltadas para a compreensão das múltiplas formas de configuração das ações coletivas e da participação política, na identificação de alternativas de mudança social nos diferentes âmbitos – local, regional e global – baseadas nos princípios básicos da igualdade e da liberdade democrática⁴.

O conjunto de atividades desenvolvidas pelo Núcleo tem, historicamente, envolvido a produção de conhecimento, a formação de pesquisadores de graduação e pós-graduação, a publicação de livros e artigos, a participação em projetos de pesquisa, extensão e a organização de eventos acadêmicos. Neste último caso, o NPMS realizou vários seminários (três nacionais e um internacional), culminando, em 2014, com o IV Seminário Nacional sobre “Movimentos Sociais, Participação e Democracia” em comemoração aos 30 anos de sua fundação. Neste evento, intitulado “Movimentos sociais e participação no Brasil: diálogos transversais”, o NPMS reuniu diferentes atores – sociais e acadêmicas(os) – tendo em vista a troca de reflexões sobre a temática dos movimentos sociais e da participação política no Brasil. Na oportunidade, promoveu um balanço da produção do NPMS durante os 30 anos (1983-2013) de atuação. Coordenado por **Aline Guizardi Delesposte e Éder Gimenes, esse balanço, publicado em Scherer-Warren e Lüchmann (2015)⁵** apresenta, além de um breve histórico do Núcleo, dados quantitativos da produção e a evolução dos

4 <https://npms.cfh.ufsc.br/o-nucleo/>

5 Capítulo “30 anos de pesquisa: balanço da produção acadêmica do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais” de SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L. H. H. (org.). *Movimentos sociais e engajamento político:*

temas de pesquisas desenvolvidas naquele período, em uma perspectiva longitudinal. De acordo com aquele mapeamento, a **trajetória do NPMS** tem se caracterizado pela “pluralidade e capilaridade temática” e se movido “[...] no sentido de analisar as relações entre atores no interior dos movimentos sociais, da sociedade civil e das esferas participativas institucionais, não apenas *per se*, mas em suas relações com os outros atores, modalidades e instâncias políticas e sociais” (**DELESPORTE; GIMENES, 2015, p. 99**).

Seguindo essa tendência, o NPMS vem, sem descuidar de seus interesses originais, em especial relacionados à temática das minorias sociais, como veremos a seguir, ampliando os seus olhares para os diferentes atores e dinâmicas políticas e sociais, em uma perspectiva multidimensional. Assim, no âmbito dessa diversidade e tendo em vista atualizar, para a última década (2014-2023), a produção do NPMS, este trabalho visa a: a) apresentar os dados mais gerais da produção (discente e docente) neste período; b) destacar alguns dos principais eixos de estudos e reflexões desenvolvidas no âmbito do NPMS; e c) celebrar a importância da professora Ilse Scherer-Warren, fundadora e referência central na produção e no reconhecimento acadêmico – nacional e internacional – do NPMS.

2. Aspectos quantitativos da produção do NPMS (2014-2023)

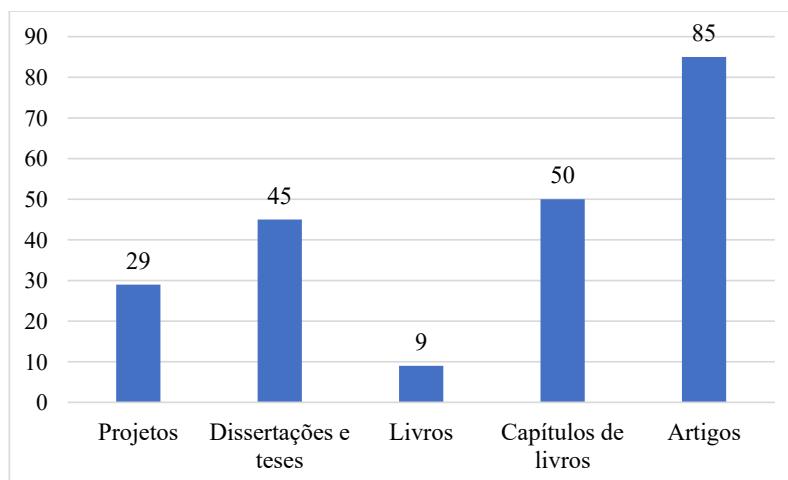
Os dados sobre a produção do NPMS entre 2014 e 2023 foram mapeados e analisados considerando os critérios de Delesposte e Gimenes (2015) utilizados no balanço da produção do Núcleo no período de 1983-2013, porém com duas adaptações: a) Além de contemplar projetos de pesquisa e extensão, livros, capítulos de livros, teses e dissertações, foram incluídos, neste balanço, artigos publicados pelas(os) docentes do NPMS, dada a sua relevância em termos de volume, circulação científica e centralidade em processos de avaliação das agências de fomento; b) Também houve alteração na classificação temática. Além dos temas classificados como mais recorrentes nos estudos realizados pelas(os) docentes e discentes do

trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. Também disponível no site do NPMS: <https://npms.cfh.ufsc.br/o-nucleo/>

Núcleo no período anterior (movimentos sociais, associativismo, sociedade civil, participação institucional, e outros), foram aqui acrescidos os temas: participação e representação, elites, religião e teoria. Assim, considerando a diversidade das temáticas dos estudos realizados neste período, adotamos a seguinte classificação: 1) Movimentos sociais, ativismo e protesto; 2) Associativismo e sociedade civil; 3) Participação institucional; 4) Participação e representação; 5) Elites; 6) Religião; 7) Teoria; e 8) Outros. O Gráfico 2 apresenta os números da produção por temática.

O balanço quantitativo da produção do NPMS demonstra uma década fecunda: foram 189 textos publicados, entre artigos, teses, dissertações, capítulos de livros e livros, e 29 projetos de pesquisa e extensão realizados, conforme demonstramos no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Produção acadêmica do NPMS por tipo (2014-2023)



Fonte: Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)⁶.

⁶ Cabe salientar que, em todos os tipos de publicação acadêmica aqui mapeados, optamos por excluir as repetições. Como muitos artigos, livros, capítulos e projetos foram produzidos em coautoria entre docentes do NPMS, contamos estes apenas uma vez. Assim, se considerássemos o somatório individual apenas, os números totais da produção acadêmica seriam maiores.

Entre 2014-2023, foram desenvolvidos 29 projetos por docentes do NPMS, distribuindo-se entre as diferentes temáticas, com destaque para o tema da *Participação e representação*, somando 11 projetos. Em comparação com a década anterior, o número de projetos manteve-se estável, sendo 30 projetos entre 2004-2013 (a maior parte sobre *Associativismo e sociedade civil* e *Participação institucional*). Em uma dinâmica de cooperação acadêmica e científica, a equipe do NPMS seguiu coordenando e/ou integrando projetos de pesquisa interinstitucionais, tanto no Brasil como no exterior, a exemplo do PROCAD e CAPES/FCT⁷, entre outros.

Apesar de a ampla maioria da produção acadêmica do NPMS ter sido publicada no Brasil, os docentes do Núcleo têm buscado responder às demandas por maior internacionalização da produção acadêmica. Nesse sentido, artigos, capítulos de livros e livros foram publicados em Portugal, na Inglaterra, na Itália, nos Estados Unidos, no Paraguai, na Argentina e na Colômbia, totalizando 17 publicações internacionais.

Na última década foram produzidos 9 livros, dentre aqueles de autoria e organizados, principalmente inseridos na temática dos *Movimentos sociais, ativismo e protesto*, e da *Participação e representação*. A publicação de capítulos de livros também foi expressiva na última década, somando 50 capítulos, com destaque para as temáticas dos *Movimentos Sociais, ativismo e protesto* (11) e *Participação e representação* (11), além de trabalhos *Teóricos* (9), seguidos pela temática da *Participação institucional* (7).

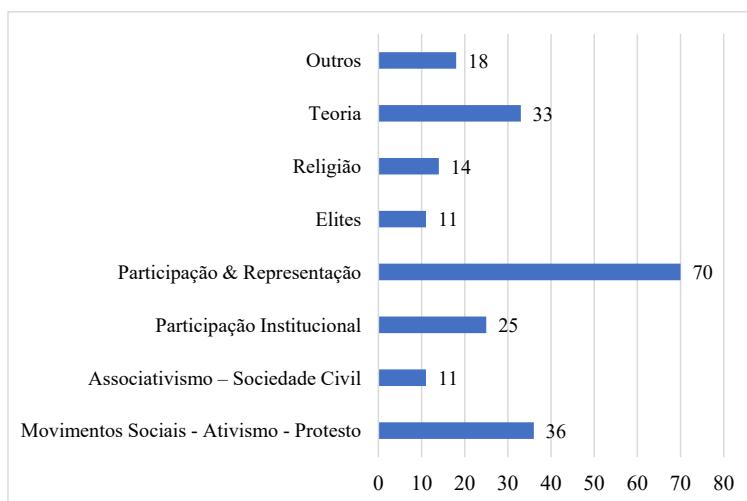
A produção mais expressiva na última década tem sido a de artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais. Entre 2014 e maio de 2023, foram publicados 85 artigos. A área de maior publicação é a de *Participação e representação*, com 34 artigos. Em seguida, os artigos *Teóricos* (17), e os voltados aos temas dos *Movimentos sociais, ativismo e protesto* (10) e da *Participação institucional* (10).

⁷ “Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013)”, apoiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, edital nº 071/2013). Informações disponíveis em: <https://participacaopolitica.cfh.ufsc.br/>; “Novas modalidades de participação política: protestos e participação institucional no Brasil e em Portugal em perspectiva comparada” (2016-2019). Programa CAPES/FCT; “Brazilian Bureaucracy Project”; “Programa de Extensão: Instituto de Estudos sobre a China da UFSC”; “Uma análise longitudinal da participação como política pública no Brasil (1988-2020) (Fapesp)”.

Embora não tenhamos incluído no Gráfico 1, vale destacar que, na última década, os docentes do NPMS participaram da organização de 8 dossiês temáticos em revistas de Sociologia e Ciência Política brasileiras, sendo este mais um aspecto que reflete a cooperação com pesquisadores de outras instituições.

Quanto à produção discente, entre 2014 e 2023 foram produzidas 45 teses e dissertações⁸, cujos temas distribuem-se entre *Movimentos sociais/Ativismo/Protesto*, *Participação e representação*, *Participação institucional* e *Associativismo/Sociedade Civil*. Assim, no que se refere à produção discente no âmbito do NPMS, percebemos que, nos seus 40 anos de existência, ocorreu uma tendência de crescimento no número de teses e dissertações defendidas: 19 (1983-1993); 33 (1994-2003); 44 (2004-2013) e, por fim, 45 no período de 2014 a 2023, totalizando 141 teses e dissertações orientadas no Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais.

Gráfico 2 – Produção acadêmica do NPMS por temática (2014-2023)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

8 Embora não tenham sido apresentados no Gráfico 1 devido ao mapeamento sobre as décadas anteriores não ter incluído Trabalhos de Conclusão de Curso, destacamos que, entre 2014 e 2023, foram defendidos 16 TCCs no NPMS.

Como podemos perceber no Gráfico 2, os estudos reunidos na temática *Participação e representação* (70 publicações) ocupam o primeiro lugar na produção do NPMS, seguidos pelos seguintes temas *Movimentos sociais, ativismo e protesto* (36 publicações), *Teoria* (33), *Participação institucional* (25), Religião (14), e ficando empatados os temas do *Associativismo/sociedade civil* e *Elites* (11 cada). A categoria “*Outros*”, com 18 publicações, engloba diferentes temáticas, a exemplo dos estudos sobre Constituições, violência, identidade social, educação, mídias sociais, juventude, entre outros.

Comparando com as três décadas anteriores, em que pese a diferença na classificação, podemos observar um decréscimo na produção científica sobre os *Movimentos Sociais* (60 publicações no período anterior), o que se explica tanto pela dinâmica interna do Núcleo (aposentadoria da professora Ilse Scherer-Warren, referência central nesta temática, e entrada de novos integrantes) quanto pelo contexto de reconfiguração das dinâmicas sociopolíticas resultantes de contextos de crise e de ascensão da extrema direita no país. Eventos como as Jornadas de junho de 2013, o *impeachment* de Dilma Rousseff, e a eleição de Jair Bolsonaro são exemplos nesse sentido. Nesse contexto, estudos sobre *Participação e representação* tomaram uma preponderância no âmbito do NPMS, ampliando e sofisticando, como veremos mais adiante, análises que articulam diferentes modalidades de participação política com o campo político-institucional, em um contexto de profundas mudanças nos padrões de participação política eleitoral e não eleitoral no Brasil.

Assim como nas décadas anteriores, estudos sobre a temática da *Participação institucional* seguem como objeto de interesse, com destaque às instituições participativas (IPs) – Conselhos Gestores, Conferências, Orçamentos Participativos –, e a outras interfaces socioestatais. Vemos que, enquanto nas décadas anteriores as pesquisas focaram principalmente para o processo de crescimento e consolidação dessas IPs, a última década, além de ampliar o olhar para as diferentes modalidades de interfaces e de suas inter-relações, procurou mapear processos de crise e tentativas de criminalização e/ou desinstitucionalização da participação institucional no Brasil.

Além das pesquisas empíricas, o NPMS tem se dedicado, nesses anos, ao debate *Teórico*, com reflexões analíticas, balanços teóricos e abordagens

críticas conceituais no âmbito deste amplo campo temático, e que engloba teorias sobre participação, representação política, democracia, sociedade civil, interfaces socioestatais, entre outras. Na última década, também têm tomado importância os estudos sobre o tema da *Religião* e das *Elites*, como veremos na próxima seção.

Por fim, cabe ainda ressaltar que, apesar de termos procurado categorizar a produção acadêmica segundo a sua inserção em uma dessas temáticas, em muitos casos livros, artigos, capítulos, projetos, teses e dissertações se enquadram em mais de um desses campos, apresentando uma natureza relacional. Isso demonstra como os estudos produzidos no âmbito do NPMS têm caminhado em direção ao refinamento de análises sensíveis à multiplicidade e transversalidade no exame sobre os fenômenos políticos e sociais, no Brasil e alhures.

3. Principais eixos analíticos do período (2014-2023)

Como mencionamos no item anterior, os temas abordados pelas(os) pesquisadores (docentes e discentes) vinculadas(os) ao NPMS apresentam rica variação de objetivos, problemáticas, atores, espaços e dinâmicas políticas e sociais. Mediante este quadro, optamos por limitar esse balanço a quatro eixos analíticos que, embora não alcancem toda essa pluralidade, comparecem de forma mais estruturante no conjunto de suas investigações e publicações, em muitos casos em uma perspectiva transversal, quais sejam: 1. Participação e representação política de minorias sociais; 2. Modalidades e articulações “de” e “entre” participação e instituição/representação política; 3. Participação e religião; e 4. Reflexões teóricas sobre associativismo, participação e (crise da) democracia. Este breve resgate também reconhece que, embora temas como os da juventude, das novas tecnologias, da violência, da educação escolar, das políticas públicas, entre outros, estejam no centro de interesse de alguns estudos promovidos pelo NPMS, eles não comparecem neste mapeamento por não se enquadarem mais diretamente nos quatro eixos acima nomeados. De toda a forma, entendemos que esses temas carecem de maior aprofundamento e atualização mediante a sua importância para a compreensão das dinâmicas político-sociais que caracterizam as sociedades nos dias atuais.

3.1. Participação e representação política de minorias sociais

Desde a sua fundação, o tema da exclusão e da atuação política de grupos e setores que conformam o campo das minorias sociais esteve centralmente presente nos estudos desenvolvidos no âmbito do NPMS. Mantendo essa tradição, destacamos alguns dos vários trabalhos e publicações sobre esta temática na última década, em especial aqueles voltados para a atuação de minorias no campo institucional, como são os casos dos estudos sobre mulheres e do movimento negro. Destacamos também alguns estudos sobre a organização de setores tradicionalmente pouco presentes nas pesquisas no campo dos movimentos sociais, como são os casos das pessoas com deficiência, das(os) indígenas e de determinados setores do mundo rural.

Para o primeiro caso, em que pesem as variações no plano analítico, testemunha-se uma crescente incorporação das dinâmicas institucionais nos estudos sobre a participação política e os movimentos sociais. Afinal, como ressaltado por Scherer-Warren (2015), o reconhecimento da necessidade do estabelecimento de um diálogo “interdisciplinar” e “multitemático” entre abordagens institucionalistas e da cultura-política parece fundamental para o enfrentamento dos desafios analíticos contemporâneos que contemplam as (diversas e muitas vezes ambíguas) relações entre o campo da institucionalidade política e o mundo social. Dentre a multiplicidade de abordagens nesse sentido, dignos de nota são os estudos sobre o movimento negro e as cotas universitárias, e as análises sobre a militância feminista e a temática da sub-representação política das mulheres, e que abordam perspectivas interseccionais e/ou multidimensionais.

No caso das cotas étnico-raciais, o livro de Scherer-Warren e Passos (2014), resultado de um projeto de pesquisa vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCT-I) analisa, entre outros objetivos, o protagonismo do movimento negro na política de ações afirmativas da UFSC.

Em um capítulo reservado a esta temática, Scherer-Warren e Espírito Santo (2014) apresentam um breve resgate dos principais eventos protagonizados pelo movimento negro, tanto em âmbito nacional como internacional, e que vêm assumindo importância central nas lutas e estratégias

institucionais visando à promoção de políticas de inclusão. No contexto catarinense, a criação do “Fórum de Entidades do Movimento Negro em Defesa da Educação do Negro no Ensino Superior”, em 2006, constituiu-se como interlocutor legítimo de representação das diversas organizações do movimento negro perante as instâncias institucionais. Nesse processo, de acordo com as autoras, o Movimento Negro catarinense atuou “[...] intensamente para que as ações afirmativas no ensino superior, concebidas como estratégia de ação política de combate ao racismo e à desigualdade social, fossem incorporadas à agenda governamental” (SCHERER-WARREN; ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 139).

Outros desdobramentos analíticos dessa temática também são dignos de nota, como os trabalhos de alunas(os) da pós-graduação que foram desenvolvidos no âmbito do NPMS (GOSS, 2014; CASSOLI, 2014). A dissertação de Gregório da Silva (2015), por exemplo, analisa o desempenho acadêmico de graduandos da UFSC ingressantes pela política de cotas para a população negra, e ressalta a necessidade de refinamento de mecanismos de avaliação sobre o potencial de inclusão dessas políticas. O caráter interseccional, em especial no que diz respeito às mulheres negras, também vem sendo objeto de atenção, como o estudo de Marilise Sayão (2014) que analisa como as mulheres negras passaram a tencionar o movimento feminista na construção de novos caminhos de luta por reconhecimento a partir da interconexão entre categorias como gênero, raça e classe, denunciando um ciclo de exclusão. A atuação da *Red de mujeres afrolatinoamericanas, afrocaribeñas y de la diáspora* (RMAAD⁹), de caráter transnacional, é apontada como um exemplo nesse sentido. Com o foco voltado para a Rede Mulher e Mídia (RMM) no Brasil, a pesquisa desenvolvida na dissertação de Vera Fátima Gasparetto (2014) examina esta rede de ativistas enquanto um movimento de contestação e de proposição de políticas públicas sobre a imagem da mulher na mídia também a partir de uma perspectiva transversal e interorganizacional.

No âmbito desse debate sobre interseccionalidade, mais especificamente sobre as “múltiplas formas de exclusão” (SCHERER-WARREN,

⁹ Rede constituída por mais de 500 mulheres e atuante em mais de 25 países das Américas (SAYÃO, 2014).

2006), e voltada para o problema da sub-representação política das mulheres, a dissertação de Tamara Belizario (2021) traz uma importante contribuição ao analisar aspectos da trajetória de vida, da carreira política e de recursos de campanhas das (poucas) deputadas negras eleitas em 2018 no país. De acordo com a autora, as candidaturas de mulheres negras para a Câmara dos Deputados atestam a ocorrência de um “círculo da exclusão” resistente, operado por condições de precariedade em diversas esferas sociais, e que se traduzem na ausência de um capital político necessário para alcançar maiores chances na competição eleitoral.

Capital político, trajetórias, condição socioeconômica e recursos alinharam-se a outras dimensões que são consideradas centrais para o sucesso eleitoral, o que implica, conforme foi desenvolvido na tese de Renata Oliveira (2021), a necessidade de um olhar multidimensional que busca incorporar, como já foi apontado anteriormente, aspectos culturais e institucionais na compreensão dos obstáculos e/ou das barreiras que dificultam a ocupação de espaços por mulheres nas instituições de poder político governamental. Seguindo essa perspectiva multidimensional, a tese de Carla Ayres (2018), ao articular as diferentes barreiras – sociais, econômicas, simbólicas e institucionais – ao campo das estratégias partidárias e de seus impactos na superação das desigualdades de gênero nos espaços de poder, analisa como, mesmo nos casos em que se percebe uma maior entrada feminina nas direções partidárias, as mulheres continuam ocupando cargos com menor grau de poder e decisão nessas organizações políticas. Isso significa que as inovações institucionais (por exemplo, normativas de paridade de gênero em partidos), embora tragam mudanças importantes, não rompem as barreiras socioeconômicas, culturais e institucionais que conformam as desigualdades de gênero na sociedade¹⁰.

Um segundo bloco de trabalhos está voltado para a investigação de outros grupos e setores sociais que, em geral, têm ocupado espaços mais periféricos no campo de estudos sobre a participação política e os movimentos sociais de minorias sociais. Dentre eles, destacamos as pessoas

¹⁰ Para além do âmbito federal, outros estudos abordaram o tema da sub-representação política das mulheres, seja nos espaços conselhistas (LÜCHMANN; ALMEIDA; GIMENES, 2016), seja no âmbito do Legislativo Municipal (AYRES; ALMEIDA; LÜCHMANN, 2018).

com deficiência, as(os) indígenas, e as(os) “caboclas(os)”¹¹ do Contestado. Um mapeamento do associativismo das pessoas com deficiência em Santa Catarina encontra-se na dissertação de Márcia Schaefer (2019), estudo que também resgata a trajetória desse movimento social no país e ressalta como, nesse setor, as organizações mais tradicionais e voltadas para a representação *das* pessoas com deficiência foram perdendo espaço para as organizações formadas *pelas* pessoas com deficiência, construindo estratégias de luta que vêm imprimindo, além de significativos avanços legais, impactos democráticos no âmbito individual, social, e político-institucional.

No que diz respeito à população indígena, estudo também inédito de Catiúscia de Souza (2015) nos revela um processo histórico de lutas das populações indígenas a partir de uma análise que, embora sensível às especificidades étnicas e ao hibridismo cultural na configuração de um campo complexo e plural de ação e organização política, afirma a existência de um Movimento Indígena no país, “[...] não obstante, questões conflituais étnicas, de participação, representação, articulação e unidade” (p. 403). Por fim, em que pese a histórica importância do NPMS no campo de estudos sobre movimentos sociais rurais, a dissertação de João Cláudio Casara (2021) examina um movimento que, embora vinculado a um conflito secular no país¹², também vem sendo negligenciado no campo de estudos dos movimentos sociais. De acordo com o autor, as caboclas e os caboclos do Contestado, marginalizadas(os) e expropriadas(os) de suas terras, vêm resistindo ao longo dessas décadas e, em especial no marco do primeiro Centenário da Guerra, travando uma luta por direitos, por reconhecimento e resgate de uma identidade e uma memória que foram silenciadas, discriminadas e ultrajadas no decorrer desse longo período histórico.

Digno de nota no âmbito desta temática é o fato de que, em que pese a centralidade dos estudos voltados para a ação política de setores que lutam contra a exclusão, marginalização e/ou dominação, o NPMS também

¹¹ Estigmatizado pelos setores dominantes, o termo caboclo vem sendo assumido e valorizado a partir do resgate da identidade, cultura e religiosidade dessa população. Nesse sentido, Casara (2021) demonstra que organizações como a Associação dos Caboclos de Lebon Régis e a Pastoral Cabocla da Diocese de Caçador, voltadas para a defesa de direitos e da memória das lutas do povo do Contestado, se autodenominam como organizações caboclas.

¹² A Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916 no sul do Brasil.

vem procurando não se descuidar de compreender o seu contraponto, qual seja, a temática das elites, sejam políticas, militares, eclesiásticas ou empresariais. Os trabalhos de Ernesto Seidl (2015, 2016, 2017, 2020a, 2020b) e colaboradores e de orientandas(os) vinculadas(os) ao NPMS (CRUZ; PETRARCA; SEIDL, 2020; AYRES, 2018; BARREIROS, 2019; LIMA, 2023; SILVEIRA, 2022) são referências nesse sentido. De um modo geral, esses estudos buscam compreender as condições de acúmulo de recursos sociais (econômicos, culturais, políticos, simbólicos) e os princípios de hierarquização de diferentes espaços, assim como os mecanismos de distinção e as estratégias de reconhecimento das elites para lograr e manter suas posições de poder e prestígio social.

3.2. Modalidades e articulações “de” e “entre” participação e instituição/representação política

A literatura sobre participação política vem discorrendo sobre as diferentes modalidades de participação, buscando, outrossim, analisar as suas características, condicionantes e relações com a democracia (BORBA, 2012). Dentre a variedade de modalidades de participação política, além dos movimentos sociais, o associativismo, os coletivos, os protestos, a participação e/ou o ativismo institucional e a participação eleitoral têm comparecido como temas de interesse central nos estudos do NPMS durante o período aqui considerado. No caso do associativismo, um conjunto de trabalhos (LÜCHMANN, 2014a; 2016; GUSSO, 2018; SCHAEFER, 2019; LÜCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, 2017; LÜCHMANN; ALMEIDA; TABORDA, 2019; LÜCHMANN; GUSSO, 2021), enquadrados em um corpo teórico que relaciona o mundo associativo com a democracia, procura atualizar dados e identificar características e mudanças nesse campo complexo e plural, incluindo os movimentos sociais. A ideia de “ecologia associativa” (WARREN, 2001) tem servido como inspiração na ampliação dos olhares para diferentes setores, tipos, tamanhos, práticas e relações associativas.

No âmbito dessa ecologia, registramos também os estudos direcionados para a compreensão de movimentos antiproibicionistas e anarquistas. No primeiro caso, a tese de Vinícius Lanças (2018) aborda os embates e as

inovações discursivas na constituição de um movimento antiproibicionista (notadamente a Marcha da Maconha) examinando sua trajetória, seus conflitos e seus repertórios, e as articulações discursivas em sua capacidade de politizar os hábitos de consumo proibido e gerar uma categoria nova de desobediência civil. Já a tese de Carlos André dos Santos (2020) analisa, no âmbito do movimento anarquista, o *anarquismo especificista* como uma das suas expressões, resgatando não apenas suas origens e os desdobramentos em solo brasileiro, como os seus conflitos e as especificidades na constituição de um movimento pautado na ideia de poder popular autonomista, sendo referência importante para a expansão mais recente dos diversos Coletivos no país.

Mais especificamente sobre os Coletivos, os estudos de Seidl (2014b, 2018a, 2021) têm se debruçado sobre este tipo associativo que, embora apresente uma trajetória mais antiga, vem ampliando a sua presença na cena pública, em especial, no caso brasileiro, após os protestos de 2013. Em que pesem as diferenças entre os Coletivos e, além disso, as diferenças geracionais (SEIDL, 2021), os Coletivos se baseiam em narrativas pautadas em ideais de autonomia e horizontalidade¹³ em contraposição aos formatos mais hierarquizados e voltados para o exercício da representação política, além de orientados pelo pragmatismo, a exemplo de partidos e sindicatos. Uma característica central dessas pesquisas se vincula a abordagens que priorizam os processos de politização, engajamento e militância (SEIDL, 2014a, 2014b, 2018b, 2021; GRILL; SEIDL, 2017; SEIDL; NERIS, 2017), examinando grupos e “movimentos sociais” por um ângulo menos estudado pela agenda consagrada, numa tentativa de renovação das questões estudadas (SILVA; RUSKOWSKI, 2016). Nessa linha de discussão, destaca-se a tese de Tânia dos Santos (2018) sobre a militância em “causas além-fronteiras” em Portugal, e que, ao examinar em profundidade as condições e dinâmicas sociopolíticas e simbólicas da emergência, desenvolvimento e institucionalização da militância voltada para a “cooperação solidária para o desenvolvimento” junto a ex-colônias portuguesas na

13 Nota-se que essas características – horizontalidade, autonomia, participação direta – já estavam presentes em vários movimentos sociais que, a partir dos anos de 1980, inspiraram o conceito de “novos movimentos sociais”, como originalmente desenvolvido no livro “Uma revolução do cotidiano?” organizado por Scherer-Warren e Krischke (1987).

África, caracteriza os contextos sociais e políticos, as trajetórias individuais, os recursos, e os vínculos e inserção em redes nacionais e internacionais na constituição de militantes multiposicionados que atuam junto às ONGs em Portugal.

Também embalados pelos eventos de 2013, os estudos sobre os protestos vêm encontrando guarida, no âmbito do NPMS, especialmente nas pesquisas desenvolvidas por Julian Borba e colaboradores (BORBA; RIBEIRO; AYRES, 2018; RIBEIRO; BORBA, 2015, 2016; RIBEIRO; BORBA; FUKS, 2022). Resultantes de projetos de pesquisa¹⁴ voltados para a identificação e a análise das características e dos determinantes da participação política no Brasil em perspectiva comparada no âmbito da América Latina, os trabalhos analisam os protestos a partir da identificação das bases sociais e individuais desta modalidade de participação política, ressaltando elementos como a evolução dos protestos no decorrer do tempo, os condicionantes individuais (como insatisfação, confiança, recursos individuais e coletivos, posicionamento ideológico), e os efeitos das dimensões ou dos fatores de personalidade sobre a participação contestatória ou de protesto, em diálogo com a psicologia (RIBEIRO; BORBA, 2015, 2016), destacando, mais recentemente, as relações entre atitudes de tolerância política e as diferentes formas de protesto (RIBEIRO; BORBA; FUKS, 2022).

No que diz respeito à participação institucional, destaca-se um amplo conjunto de trabalhos voltados para as diferentes modalidades de instituições participativas (IPs), a exemplo dos orçamentos participativos (LÜCHMANN, 2014b; LÜCHMANN; ROMÃO; BORBA, 2018; FALANGA; LÜCHMANN, 2019; LÜCHMANN; MARTELLI; TABORDA, 2021; LÜCHMANN; BOGO, 2022); das Ouvidorias (PRIMO, 2016; LÜCHMANN; ABRÃO; KIELING, 2019); dos Planos Diretores (BURGOS, 2022a); das Conferências (CARDOSO; SILVA; BORBA, 2014; MARTELLI; ALMEIDA; LÜCHMANN, 2019) e, dando

¹⁴ Entre eles: “As bases sociais e atitudinais da participação política no Brasil” (CNPq); “As bases sociais e atitudinais do apartidarismo e do militarismo partidário na América Latina” (CNPq); e “Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013)” (PROCAD).

continuidade a uma trajetória de estudos sobre os Conselhos Gestores, os trabalhos que visam a analisar as relações entre os diferentes espaços ou instituições participativas a partir de uma perspectiva sistêmica, inspirada pela ideia de que a deliberação democrática pode ocorrer na articulação entre diferentes arenas políticas (MACCARI, 2022) e/ou na interlocução entre diversas instituições e interfaces socioestatais (LÜCHMANN, 2020a, 2020b). Se em geral essas análises estão voltadas para as IPs vinculadas a instituições ou setores no âmbito do poder Executivo, o NPMS vem analisando também inovações participativas no âmbito do Legislativo, a exemplo do estudo desenvolvido por Franciele Cataneo (2021) sobre o Orçamento Legislativo Participativo (OLP) implementado por cinco vereadores na Câmara Municipal de Florianópolis, e dos trabalhos sobre mandatos Coletivos, como o estudo de Almeida e Lüchmann (2022) e a dissertação de Brenda Andujas (2022) sobre as candidaturas coletivas, esta última voltada para as candidaturas de mulheres nas capitais da região sul do país, avolumando os trabalhos que evidenciam novas articulações entre participação e representação política.

Diferente dessas modalidades de participação institucional, caracterizadas, em geral, como aberturas de setores governamentais à participação social, estudo inédito de Domitila Costa Cayres (2015) examina o que a literatura tem denominado de ativismo institucional, ou seja, a atuação de atores governamentais por dentro do aparato estatal na promoção de políticas públicas de interesse dos movimentos sociais. Com o foco direcionado para a Secretaria Nacional de Articulação Social durante o governo de Dilma Rousseff, a tese analisa como as(os) ativistas atuam por dentro da burocracia, disputando os rumos das políticas, e alargando a compreensão dos repertórios e espaços de atuação dos movimentos sociais.

No âmbito da participação eleitoral, destacam-se as pesquisas desenvolvidas por Julian Borba e colaboradores, bem como as que têm se dedicado sistematicamente a estudar o envolvimento político de brasileiros e latino-americanos em diferentes (e intercruzadas) modalidades de participação, incluindo o ativismo partidário e a participação eleitoral (BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015; BORBA; RIBEIRO; GIMENES, 2015; BORBA *et al.*, 2018a; BORBA *et al.*, 2018b; RIBEIRO; BORBA, 2019a; GIMENES;

BORBA, 2019; BORBA; SILVA, 2020; FUKS; RIBEIRO; BORBA, 2021). Destacam-se também as teses de doutorado de Eder Gimenes (2015), Rafael da Silva (2016), José Roberto Paludo (2017) e João Gabriel Bordin (2021), que tratam de aspectos como a multidimensionalidade da identificação partidária e os condicionantes do comportamento, do conhecimento, e/ou da participação política, ou da não participação, a exemplo do fenômeno da abstenção eleitoral. Cresce também o interesse pelos temas da (in)tolerância e da polarização política (RIBEIRO; BORBA, 2019b; VALENTE *et al.*, 2020; BORBA; SILVA, 2020; RIBEIRO; BORBA; FUKS, 2022) em uma perspectiva que, sem desconsiderar o peso de aspectos políticos e econômicos, enfatizam a importância de fenômenos como o antipartidarismo (FUKS; RIBEIRO; BORBA, 2021), a reação cultural (*cultural backlash*), e o ressentimento de classe como ingredientes centrais para a compreensão do crescente apoio ao populismo autoritário e à polarização política (VALENTE; BORBA, 2023).

3.3 Religião e política

O tema da religião, e mais especificamente, suas relações com o campo da participação política vem marcando presença no conjunto de interesses de pesquisa do NPMS desde a sua primeira geração, em especial pelos estudos que foram desenvolvidos por Paulo Krischke (1985, 1986, 1991, 2010) e que analisam as influências, os limites e as transformações do papel da Igreja na esfera política, com destaque ao papel da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952. Assim, desde a década de 1980 o NPMS filiou-se ao grupo de estudiosos que, nos campos da Sociologia Política e da Ciência Política, estavam preocupados com a atuação política da Igreja, seja do episcopado e da conferência dos bispos, em especial durante o regime militar, seja de seu papel no processo de mobilização política, naquele período e na posterior redemocratização. (SEIDL, 2017).

No âmbito daquele contexto, um tema de destaque foi o do papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no processo de organização popular, despontando como fenômeno tido como central, nas investigações sobre os movimentos sociais, no processo de democratização da sociedade brasileira, em especial pelos seus impactos no âmbito da cultura política

no sentido de romper com a submissão às tradições autoritárias em direção a novos valores e estratégias de ação social e participação política (KRISCHKE, 1991; KRISCHKE; MAINWARING, 1986; SCHERER-WARREN, 2014). Diversas teses e dissertações abordaram as relações entre os movimentos sociais e a Igreja Católica, em especial no mundo rural, naquele período, marcando uma problemática que apresenta desdobramentos nos dias atuais, como é o caso da já citada dissertação de João Casara (2021) ao analisar as influências religiosas no movimento do Contestado.

Assim, nos anos mais recentes, além dos trabalhos que analisam a atuação de associações religiosas no âmbito da organização da sociedade civil, destacamos os estudos focados na temática das transformações organizacionais, das elites eclesiásticas e das relações entre a Igreja Católica e os espaços de poder. Os trabalhos de Ernesto Seidl e colaboradores (SEIDL, 2017; NERIS; SEIDL, 2015a, 2015b, 2017, 2022a, 2022b; SEIDL; NERIS, 2017, 2018; SEIDL, 2020a, 2020b) são referências centrais nesse sentido, versando sobre temáticas como a crise institucional do catolicismo no Brasil, as mudanças no perfil de seus integrantes, os desafios dados pela reconfiguração das demandas e bases sociais, o crescimento de outras denominações religiosas, notadamente dos grupos evangélicos, e as disputas dadas pelas reconfigurações de poder e de autoridade no campo religioso e de seus desdobramentos no campo político e social.

Com o foco nas mudanças organizacionais, nos seus papéis e práticas, os estudos apontam para a complexidade e heterogeneidade deste campo, bem como de suas estratégias de reprodução e renovação. No caso da Igreja Católica, as pesquisas sobre as trajetórias e características de seu corpo de especialistas (bispos e sacerdotes, sobretudo) confirmam que, além de distante de se constituir como um bloco unitário e homogêneo, a Igreja ocupa um espaço de produção simbólica cuja complexidade e aumento da competitividade “tem colocado à instituição desafios no entendimento ‘dos sinais dos tempos’, aos quais ela tem reagido com mudanças e adaptações – mas também de forma heterogênea”. (SEIDL; NERIS, 2017, p. 281).

As alterações organizacionais são, portanto, resultantes de um processo histórico caracterizado por uma dinâmica de autonomização institucional e de profissionalização, como atestado no estudo de Seidl (2017).

De acordo com o autor, as mudanças nos padrões de reconhecimento e de autoridade dadas pela valorização crescente de perfis que aliam formação intelectual com experiências de gestão imprimem novas demandas e desafios aos seus corpos dirigentes.

Esse fenômeno da profissionalização do campo religioso também é registrado na dissertação de Luana Taborda (2018) em estudo que analisa o contexto de atuação das associações religiosas, com ênfase nas vinculadas à denominação espírita, na cidade de Florianópolis. Ao constatar a tensão, ao menos no nível discursivo, entre o enfoque da caridade (filantropia, ou assistencialismo) e o da defesa de direitos, as associações religiosas estudadas apresentaram um crescente processo de formalização e profissionalização, em especial pelo estabelecimento de parcerias com os órgãos públicos na execução de políticas públicas, o que também impactou na sua capacidade de organização em rede e de atuação em órgãos que contam com representação social, como são os casos dos conselhos gestores de políticas, em especial os que atuam na área social.

Digno de nota também são os estudos voltados para as características do associativismo, ou dos vínculos associativos da população, na medida em que os dados apontam, desde o estudo de Ribeiro e Borba (2011) ao levantamento mais recente de Lüchmann, Almeida e Taborda (2019), a centralidade da participação dos indivíduos em organizações religiosas no país, muito à frente (mais de 50%) dos vínculos encontrados com outros tipos associativos, como sindicatos, partidos, ONGs e outras organizações sociais. Diante desses dados, as autoras afirmam que os percentuais de engajamento associativo individual no Brasil são comparativamente baixos se não forem considerados os vínculos com associações religiosas, o que expressa a importância de se avançar na compreensão do fenômeno religioso no país, em especial as profundas mudanças dadas pelo crescimento de denominações evangélicas e seus impactos sociais, políticos e culturais.

3.4 Reflexões teóricas sobre associativismo, participação e democracia

Além das pesquisas empíricas, o NPMS também credita o seu reconhecimento em função de sua produção no plano teórico, em especial pelo

diálogo e pela contribuição nos estudos sobre a temática dos movimentos sociais, da participação política e da democracia. Destaque, aqui, para as publicações que apresentam, de forma crítica, alguns dos principais debates (nacionais e internacionais) sobre participação e democracia com o foco em categorias analíticas como associativismo e/ou sociedade civil, hegemonia, interfaces socioestatais, comportamento político e legitimidade democrática.

No campo do debate teórico sobre associativismo e/ou sociedade civil, destacamos, a título de exemplo, os trabalhos de Lüchmann (2014a) e Burgos (2015a). Visando a capturar a pluralidade do fenômeno do associativismo, o primeiro trabalho apresenta os elementos de alguns dos principais aportes teóricos que, de formas variadas, colocam a “arte da associação” como elemento central para se pensar processos de democratização das sociedades, em conformidade com uma trajetória analítica que, no âmbito do NPMS, encontrou guarida nos estudos desenvolvidos por Ilse Scherer-Warren sobre os novos movimentos sociais, as relações entre sociedade civil, a democracia, a globalização e o multiculturalismo (SCHERER-WARREN, 1999; SCHERER-WARREN *et al.*, 2000), e sobre as redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2014).

No contexto dos debates sobre a sociedade civil, o segundo trabalho, de Raul Burgos (2015a), desenvolve uma análise crítica acerca da influência hegemônica do modelo teórico habermasiano nos estudos sobre a sociedade civil no Brasil. O autor aponta como esta difusão, fruto de uma “operação de reabsorção subordinada” do referencial gramsciano, promoveu tanto uma despolitização do conceito ao desvincilhar a sociedade civil do Estado, quanto uma purificação deste campo, eliminando, ou escanteando, os grupos e organizações incivis ou “do mal”, a exemplo dos grupos mafiosos, das organizações secretas, dos movimentos conservadores e dos grupos cívico-militares (ou os “refugos incivis”). É importante destacar como essas reflexões anteciparam um olhar sobre a sociedade (in)civil que, em um quadro atual de ascensão, não estava no horizonte, até pouco tempo atrás, nos debates sobre o papel e as relações entre o associativismo e a (não)democracia.

Uma referência teórica central neste campo de reflexões é o conceito de hegemonia. Nos diversos trabalhos desenvolvidos por Burgos (2016, 2017a, 2017b, 2018, 2019, 2021) e Burgos e Cortes (2019), esse autor, além de apresentar um panorama das principais correntes da recepção do conceito gramsciano de hegemonia nos países da América Latina (BURGOS, 2021, 2022b) argumentando pela existência de uma “escola latino-americana da hegemonia” (BURGOS, 2019), desenvolve o argumento acerca da fecundidade da teoria gramsciana para a análise de processos e dinâmicas sociais atuais. De acordo com o autor, conceitos como os de poder, de bloco histórico, de reforma intelectual e moral, de Estado (BURGOS, 2015b, 2017a, 2017b), e de classes sociais (BURGOS; CORTES, 2019) estão intimamente associados ao de hegemonia, qual seja, à capacidade de disputar e dirigir os processos culturais, políticos, econômicos e sociais. Nessa linha de discussão, destaca-se a tese de Eric A. D. Coimbra (2017) que examina as influências da teoria gramsciana, em especial os conceitos de partido, hegemonia e socialismo, no Partido dos Trabalhadores (PT, Brasil) e no Bloco de Esquerda (BE, Portugal) em perspectiva comparada, enfatizando não apenas as mudanças teóricas e práticas no interior desses dois partidos como também as semelhanças e diferenças entre eles.

Tais debates estão inscritos no âmbito das discussões no campo da teoria democrática. Assim como o conceito de sociedade civil de matriz habermasiana está diretamente relacionado com uma perspectiva deliberativa da democracia, o corpo teórico centrado no conceito gramsciano de sociedade civil e de hegemonia tem inspirado um “modelo agonístico de democracia” que, baseado em autoras como Chantal Mouffe, têm resgatado a importância de acoplar as relações de conflito, de poder e de antagonismos no centro da própria democracia (BURGOS, 2015b).

A questão da “crise da democracia” também vem crescentemente merecendo destaque no âmbito dos estudos promovidos pelo NPMS. Além de trabalhos que resgatam o debate teórico internacional sobre o tema da crise, ou da desconsolidação da democracia, como desenvolvido na dissertação de Daniel Paro (2022), outros estudos vêm buscando compreender aspectos relacionados ao comportamento político e/ou ao apoio político (ou não apoio) à ordem democrática. O artigo de Borba e Cardoso (2021)

aborda esta problemática resgatando, na literatura internacional, o tratamento dado à questão da legitimidade democrática medida pelo apoio das(os) cidadás(os) à democracia. De acordo com os autores, os diagnósticos otimistas ancorados em conceitos como os de “cidadãos críticos”, ou “pós-materialistas” vêm sendo questionados mediante a identificação e os desafios dados pelo forte apoio popular aos populismos e aos novos autoritarismos, em que pesem os avanços da literatura, a exemplo da ideia de *cultural backlash*, para o enfrentamento deste desafio analítico (BORBA; CARDOSO, 2021; BORBA; SILVA, 2020).

No âmbito da literatura brasileira sobre o comportamento político, o trabalho de Borba e Cardoso (2019) apresenta uma contribuição importante ao apresentar um mapeamento quantitativo e qualitativo da produção nacional sobre o tema. O estudo aponta que, apesar da crescente sofisticação teórica e metodológica, ainda há que se avançar na compreensão de fenômenos como a ascensão da extrema direita e dos sérios riscos à democracia, temas que também permanecem como um dos principais desafios, no âmbito do NPMS, a serem enfrentados nos próximos anos.

4. Homenagem a Ilse Scherer-Warren, fundadora do NPMS

Filha de pequenos agricultores no interior do Rio Grande do Sul, a trajetória de vida de Ilse tem se pautado, desde cedo, na luta pela justiça social. Seja como militante do movimento estudantil no contexto da ditadura quando ainda cursava a sua graduação em Ciências Sociais (UFRGS), seja pelo seu itinerário acadêmico no âmbito da pós-graduação (mestrado e doutorado) vinculado ao campo da Sociologia Rural, abordando, em especial, o tema do associativismo e do sindicalismo rural, Ilse traçou um caminho de convergência entre os seus interesses pessoais e os interesses e as necessidades de diferentes setores das minorias sociais, o que selou a sua inserção e seu reconhecimento no campo de estudos sobre os movimentos sociais. A criação do NPMS, em 1983, foi um dos vários desdobramentos dessa trajetória, marcada pela incessante observação das “novidades” dadas pelos contextos e pelas ações coletivas das(os) atores sociais. Neste sentido, a sua contribuição no campo de estudos sobre os movimentos sociais foi se adensando no

decorrer do tempo, tendo “batizado” o termo de “novos movimentos sociais” em encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), ocorrido em 1984, em um contexto em que “[...] a questão dos movimentos sociais era considerada de menor interesse em relação à política institucional” (SCHERER-WARREN, 2007). No que se refere ao “novo” dos movimentos sociais, Ilse destaca a questão das diferentes dimensões do conflito, a exemplo do feminismo, da ecologia e das questões étnicas, em especial a partir de uma leitura voltada para aspectos culturais e simbólicos mediante o reconhecimento da diversidade social:

Coloco o novo como uma nova forma do movimento se organizar, de se relacionar com a política e de colocar as suas demandas. É um novo em termos de uma cultura política diferenciada. As novas demandas têm a ver com a valorização e o reconhecimento do espaço da cultura e dos diferentes atores. E aí também discuto o que há de novo nos movimentos sociais rurais. Tento ver aqui o movimento camponês em si, o movimento dos sem-terra, o movimento dos seringueiros e o movimento de barragens, e outros. Independente da auto-denominação, o que tentava buscar ali era o que havia de novidade, de fato, em termos de relações políticas, em termos organizacionais, em termos reivindicativos e simbólicos. Ou seja, de um projeto político, tanto nas relações interpessoais como coletivas porque, às vezes, não se trata de questões relativas a reivindicações apenas, mas à formulação de um projeto de vida. (SCHERER-WARREN, 2007).

A partir de seus estudos pioneiros sobre os Novos Movimentos Sociais, as pesquisas e trabalhos relacionados à temática dos movimentos sociais e de suas relações com a democracia foram se desdobrando, ou se atualizando, mediante um contexto de acentuada globalização e da identificação de que os movimentos eram mais do que estruturas organizativas com características específicas. O desenvolvimento de uma perspectiva teórica baseada nas “redes de movimentos sociais” foi fundamental nesse sentido, ampliando os olhares, seja para as articulações entre diferentes atores, organizações e indivíduos no plano nacional e/ou internacional, seja para as relações entre, como já citado, as múltiplas formas de exclusão social:

A questão das redes é parte dessa mesma trajetória. Isso está, inclusive, em Touraine, Melucci, Castells e outros. Essa questão está na literatura internacional e você vê muitas pessoas discutindo na mesma direção. Os movimentos sociais eram vistos até aquele momento muito a partir de uma organização, de uma certa delimitação dos seus membros que atuavam dentro de uma organização específica. Mas a questão é que as novas formas de organização podiam

ser muito fluidas [...]. O movimento é muito mais fruto de um conjunto de articulações diversificadas. (SCHERER-WARREN, 2007).

O reconhecimento de sua produção intelectual é atestado pelas inúmeras citações de livros e artigos, além de sua importância e seu reconhecimento no próprio campo dos movimentos sociais, por meio de assessorias e/ou da própria participação em processos de organização social.

No campo acadêmico, seu reconhecimento extrapola a área de estudos no campo da Sociologia Política, fermentando pesquisas em diversas áreas de análise e intervenção social. O artigo de Silva *et al.* (2012), intitulado “Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren”, na Revista *Serviço Social e Sociedade*, é um dos exemplos nesse sentido. Outro exemplo é o estudo de Szwako, Dowbor e Araújo (2020) que, em uma revisão da produção brasileira sobre o tema dos movimentos sociais entre 2000 e 2017 mostra, em especial para o período de 2000 a 2008, a liderança de Ilse Scherer-Warren como referência central na literatura sobre os movimentos sociais no país, estando em primeiro lugar como autora brasileira, atrás apenas de quatro autores internacionais (Touraine, Castells, Bourdieu e Foucault).

No âmbito institucional, o reconhecimento pode ser ilustrado pelo recebimento de prêmios como os de “Florestan Fernandes”, concedido pela Sociedade Brasileira de Sociologia em 2015 em função de sua produção acadêmica, formação de pesquisadores e consolidação institucional; e do título de professora Emérita da UFSC, na ocasião da comemoração dos 60 anos da fundação desta universidade, em 2020.

Em outra ocasião¹⁵, destacamos um conjunto de contribuições de Ilse no campo de estudos da Sociologia Política, no Brasil e alhures. Gostaríamos aqui de reiterar a sua importância na criação e no desenvolvimento do Núcleo de Pesquisas sobre os Movimentos Sociais. Em primeiro lugar, a sua contribuição, e liderança, no processo de renovação teórica no campo de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Ilse produziu, em um diálogo crítico com a produção internacional, um

¹⁵ Disponível em: <http://sbsociologia.com.br/project/ilse-scherer-warren/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

conjunto de análises que, diferentemente de uma mera transposição de teorias estrangeiras, resultou em importantes inovações na produção teórica nacional sobre a sociedade civil e os movimentos sociais.

Em segundo lugar, o seu comprometimento e engajamento com a questão das múltiplas formas de exclusão social. Movida pelo desejo de transformação social, Ilse nunca se esquivou de assumir e reconhecer o seu papel, de dentro e de fora do campo acadêmico, na luta pela promoção da justiça social.

Além disso, a sua postura como intelectual sempre foi pautada pelo respeito e pelo diálogo, fazendo valer, no dia a dia dos encontros do NPMS, as máximas deliberativas pautadas pelo pluralismo e pelo respeito às(aos) que pensam diferente. Assim, além de talento e fecundidade analítica, acolhimento e generosidade marcam a trajetória acadêmica e profissional de nossa querida professora e amiga Ilse Scherer-Warren.

Referências

ALMEIDA, D. R.; LÜCHMANN, L. H. H. Movimentos sociais e representação eleitoral: o fenômeno das candidaturas e dos mandatos coletivos. In: TATAGIBA, L; ALMEIDA, D. R.; GURZA LAVALLE, A; SILVA, M. K. **Participação e ativismos:** entre retrocessos e resistências. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022. p. 129-155.

ANDUJAS, B. G. **Candidaturas coletivas de mulheres:** análise da campanha eleitoral nas capitais da região Sul do Brasil em 2020. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

AYRES, C. S. **Quem são elas?** Paridade de gênero, origens e carreiras nas direções petistas. 2018. 213 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

AYRES, C.; ALMEIDA, C. C. R.; LÜCHMANN, L. H. H. Trajetórias, capital político e gênero nos legislativos municipais. In: GIMENES, E.; BORBA, J. (org.). **Poder legislativo e cultura política:** valores, atitudes, trajetória e comportamento político dos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina. 1. ed. Curitiba: CPOP, 2018. v. 1. p. 15-62.

BARREIROS, B. C. **A institucionalização da sustentabilidade no espaço empresarial brasileiro:** a emergência de uma elite de top managers e a conformação dos neófitos. 2019. 325 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BELIZARIO, T. **Representação e poder:** Mulheres negras na Câmara dos Deputados. 2021. 103 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, p. 263-288, 2012.

BORBA, J.; GIMENES, E.; RIBEIRO, E. A. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinião Pública**, v. 1, p. 13-48, 2015.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A.; GIMENES, E. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. **Novos estudos CEBRAP** (Online), v. 1, p. 27-55, 2015.

BORBA, J.; RIBEIRO, E.; GIMENES, E.; CASALECHI, G. Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 3, p. 105-137, 2018a.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A.; CARREIRÃO, Y.; GIMENES, E. R. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, p. 1-24, 2018b.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A.; AYRES, C. Polarização e protesto político no Brasil. In: LUCHMANN, L.; BAUMGARTEN, B. (org.). **Modalidades e trajetórias de participação política no Brasil e em Portugal**. Florianópolis: Insular, 2018. v. 1. p. 109-147.

BORBA, J.; CARDOSO, G. R. Os estudos de comportamento político na Ciência Política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência. **BIB**, v. 2, p. 1-33, 2019.

BORBA, J.; CARDOSO, G. R. Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. **Opinião Pública**, v. 27, p. 333-359, 2021.

BORBA, J.; SILVA, G. U. L. As bases afetivas do comportamento político: ressentimento racial, partidarismo negativo e polarização na política americana. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, p. 363-372, 2020.

BORBA, J.; SILVA, G. U. L. Da emancipação ao autoritarismo: a teoria do pós-materialismo e o cultural backlash. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, p. 450-458, 2021.

BORDIN, J. G. **Condicionantes do conhecimento político:** análise comparada dos efeitos da complexidade do contexto político sobre o conhecimento político dos eleitores. 2021. 136 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

BURGOS, R. Sem glória, mas com certa pena: mais uma vez sobre o conceito de sociedade civil no Brasil. In: SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, L. (org.). **Movimentos sociais e engajamento político:** trajetórias e tendências analíticas. 1ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015a. p. 161-233.

BURGOS, R. The Ups and Downs of an Uncomfortable Legacy: The Complicated Dialogue between Gramsci and the Latin American Left. **Latin American Perspectives**, v. 42, p. 169-185, 2015b.

BURGOS, R. Il nodo latinoamericano dell'egemonia: da "Pasado y Presente" al seminario di Morelia (1980). Per i quarantanni di Los usos de Gramsci di Juan Carlos Portantiero. **Materialismo Storico**, v. 2, p. 40-77, 2017a.

BURGOS, R. Para uma teoria integral da hegemonia. Uma contribuição a partir da experiência latinoamericana. **O Social em Questão**, v. 20, p. 127-166, 2017b.

BURGOS, R. Bloco histórico, crise orgânica e emergência do novo povo brasileiro. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 1, p. 1-17, 2016.

BURGOS, R. De la revolución como acto a la revolución como proceso: la teoría gramsciana de la hegemonía. In: CEEP Germinal (org.). **100 años de golpes y revoluciones**. 1. ed. Asuncão: Arandurá Editorial, 2018. v. 1. p. 81-110.

BURGOS, R. O conceito de classe(s) subalterna(s) na trama conceitual da teoria gramsciana da hegemonia. Uma reflexão a partir da América Latina. In: BIANCHI, A.; MUSSI, D.; ARECO, S. (org.) **Antonio Gramsci: filologia e política**. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2019. v. 1. p. 191-229.

BURGOS, R. Uma escola latino-americana de hegemonia? Elementos para uma proposta interpretativa. **O social em questão**, v. 3, p. 15-66, 2021.

BURGOS, R. Planejamento participativo? A saga da participação social no processo de elaboração do Plano Diretor de Florianópolis (1993-2013-2017). In: BRAGANÇA PERES, L. F. (org.). **Confrontos na cidade: luta pelo plano diretor nos 20 anos do Estatuto da Cidade**. Florianópolis: Arquitetura & Urbanismo/UFSC; Instituto Cidade e Território/IT Cidades, 2022a. v. 1. p. 493-524.

BURGOS, R. A difusão dos estudos gramscianos na América Latina: breve itinerário e perspectivas. In: MACIEL ABREU, M.; LIMA, C.; SANTANA, N. (org.). **Gramsci, cultura e luta de classes na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022b. v. 1. p. 59-73.

BURGOS, R.; CORTES, M. Le eredità di Gramsci in Argentina. In: FROSINI, F.; GIASI, F. (org.). **Egemonia e modernità. Gramsci in Italia e nella cultura internazionale**. 1. ed. Roma: Viella, 2019. p. 447-465.

CARDOSO, G. R.; SILVA, F. S. E.; BORBA, J. A pluralidade de sociedades civis na segurança pública: deliberação e concepções de representação política no CONASP. **Revista Democracia e Participação**, v. 1, p. 133, 2014.

CASARA, J. C. **Repertórios de ação e atores sociais no território Contestado**: uma análise da mobilização social e das manifestações culturais e religiosas. 2021. 231 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

CASSOLI, A. T. A saga do negro brasileiro por inclusão social, justiça e políticas afirmativas. In: SCHERER-WARREN, I; PASSOS, J. C. (org.). **Relações étnico-raciais nas universidades: os controversos caminhos da inclusão**. 1. ed. Florianópolis: Atilênde, 2014. p. 77-89.

CATANEO, F. B. **O desenho institucional do Orçamento Legislativo Participativo de Florianópolis**: um estudo de caso sobre uma inovação democrática local. 2021. 86 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

CAYRES, D. C. **Ativismo institucional no coração da Secretaria-Geral da Presidência da República**: a Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2015. 207 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

COIMBRA, E. A. D. **Duas estrelas e dois projetos de hegemonia**: a influência do pensamento de Gramsci no Partido dos Trabalhadores (Bra) e no Bloco de Esquerda (Por). 2017. 536 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CRUZ, K. G. S.; PETRARCA, F.; SEIDL, E. Radar e espelho das elites: caminhos para o colunismo social. **Plural**, São Paulo, v. 27, p. 140-165, 2020.

DELESPOSTE, A. G.; GIMENES, E. R. 30 anos de pesquisa: balanço da produção acadêmica do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L. H. H. (org.). **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. p.77-100.

FALANGA, R.; LÜCHMANN, L. H. H. Participatory budgets in Brazil and Portugal: comparing patterns of dissemination. **Policy Studies**, v. 41, p. 1-20, 2019.

FUKS, M.; RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. From Antipartido to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018. Vote for Bolsonaro. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, p. 1-28, 2021.

GASPARETTO, V. F. **A busca por uma cidadania da imagem**: a Rede Mulher e Mídia e a articulação de políticas públicas no Brasil (2009-2013). 2014. 253 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GIMENES, E. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias**: partidarismo na América Latina. 2015. 240 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GIMENES, E. R.; BORBA, J. Adesão à Democracia e Partidarismo na América Latina: Análise Multidimensional. **Revista Mediações**, v. 24, p. 167-183, 2019.

GOSS, K. P. Retóricas em disputa: o debate entre intelectuais em relação às políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil. In: SCHERER-WARREN, I; PASSOS, J. C. (org.). **Relações étnico-raciais nas universidades**: os controversos caminhos da inclusão. 1. ed. Florianópolis: Atilènde, 2014. p. 9-25.

GRILL, I. G.; SEIDL, E. A politização do espaço social. **Revista Política e Sociedade**, v. 16, p. 7-17, 2017.

GUSSO, R. **Associativismo de bairro em Curitiba (1970 2017)**: Perfil e interações sociopolíticas. 2018. 321 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

KRISCHKE, P. J. The Role of The Church in a Political Crisis, Brazil, 1964. **Journal of Church and State**, Waco, v. 27, n. 3, p. 403-427, 1985.

KRISCHKE, P. **A CNBB e o Golpe Militar de 1964**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010. v. 1.

KRISCHKE, P. Church Base Communities and Democratic Change in Brazilian Society. **Comparative Political Studies**, v. 2, n. 24, p. 186-210, 1991.

KRISCHKE, P. J. The Role of The Church in a Political Crisis, Brazil, 1964. **Journal of Church and State**, Waco, v. 27, n. 3, p. 403-427, 1985.

KRISCHKE, P. J. D. S.; MAINWARING, S. (org.). **A Igreja nas bases em tempo de transição**. 1974-1985. Porto Alegre: L&PM, 1986.

LANÇAS, V. R. **De usuário a ativista, o movimento anti-proibicionista através da Marcha da Maconha no Brasil**. 2018. 238 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LIMA, B. D. **Militares de terno**: a construção da legitimidade de oficiais militares no governo Bolsonaro. 2023. 182 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

LÜCHMANN, L. H. H. **Associativismo e democracia**. Um estudo em Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2016.

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 159-178, 2014a.

LÜCHMANN, L. H. H. 25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas. **Política & Sociedade**, v. 13, p. 167, 2014b.

LÜCHMANN, L. H. H. Interfaces socioestatais e instituições participativas: dimensões analíticas. **Lua Nova**, v. 109, p. 13-49, 2020a.

LÜCHMANN, L. H. H. Interfaces das interfaces socioestatais: ouvidorias, conselhos gestores e Facebooks governamentais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. 1-22, 2020b.

- LÜCHMANN, L. H. H.; SCHAEFER, M.; NICOLETTI, A. S. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, p. 361-396, 2017.
- LÜCHMANN, L. H. H.; ABRÃO, R.; KIELING, M. Interfaces das interfaces socioestatais. Um estudo sobre as ouvidorias. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 28, p. 145-176, 2019.
- LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C.; GIMENES, E. Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, p. 789-822, 2016.
- LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C.; TABORDA, L. Associativismo no Brasil contemporâneo: dimensões institucionais e individuais. **Revista Política e Sociedade**, v. 17, p. 307-341, 2019.
- LÜCHMANN, L. H. H.; BOGO, R. Instabilidade e declínio dos Orçamentos Participativos nos municípios do Brasil e de Portugal (2016-2019). **Opinião Pública**, v. 28, p. 716-748, 2022.
- LÜCHMANN, L. H. H.; GUSSO, R. (org.). **Estudos sobre o Associativismo no Sul do Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021. v. 1. 233p.
- LÜCHMANN, L. H. H.; MARTELLI, C.; TABORDA, L. R. Desafios do Orçamento Participativo. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 25, p. 213-251, 2021.
- LÜCHMANN, L. H. H.; ROMÃO, W.; BORBA, J. 30 years of Participatory Budgeting in Brazil: the lessons learned. In: DIAS, N. (org.) **Hope for Democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide**. Lisboa: Epopeia Records/Oficina, 2018. v. 1. p. 89-105.
- MACCARI, F. **Sistemas Deliberativos**: uma análise sobre a construção do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (PESAN/SC). 2022. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- MARTELLI, C.; ALMEIDA, C.; LÜCHMANN, L. H. H. The Meanings of Representation and Political Inclusion in the Conferences of Public Policies in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 13, p. 1-23, 2019.
- NERIS, W. S.; SEIDL, E. A Eclesiosfera em movimento: transformações organizacionais e reprodução da Igreja no Maranhão contemporâneo. **Canoa do Tempo**, v. 14, p. 1-33, 2022a.
- NERIS, W. S.; SEIDL, E. Os Combonianos no Nordeste do Brasil: politização e redefinição missionária. In: LEONARDI, P.; ARDUINI, G.; BITTENCOURT, A. (org.). Organizações religiosas católicas: espaços e tempos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2022b. p. 271-302.
- NERIS, W. S.; SEIDL, E. Circulação internacional, politização e redefinições do papel religioso. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 15, p. 279-308, 2015a.
- NERIS, W. S.; SEIDL, E. Redes transnacionais católicas e os padres Fidei Donum no Maranhão (1960-1980). **História Unisinos**, v. 19, p. 138-151, 2015b.

NERIS, W. S.; SEIDL, E. Crise e recomposição do habitus religioso na periferia do espaço católico. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, p. 204-241, 2017.

NERIS, W. S.; SEIDL, E. Uma Igreja distante de Roma: circulação internacional e gerações de missionários no Maranhão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 129-149, 2015b.

OLIVEIRA, R. A. **Os condicionantes da representação feminina nos parlamentos**. O caso da América Latina. 2021 214 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021..

PALUDO, J. R. **Participação de alta intensidade e militantismo dos filiados de base do PT no Brasil**. 2017. 252 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PARO, D. A. **O futuro das democracias?** Diagnósticos e prognósticos pós-2016 em uma perspectiva comparada. 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

PRIMO, F. K. **Participação social no poder judiciário e o papel das Ouvidorias de Justiça**. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. As dimensões da participação política no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, v. 20, p. 11-36, 2011.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, p. 188, 2015.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Personalidade e protesto político na América Latina: bases psicossociais da contestação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, p. 373-402, 2016.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Personalidade e comparecimento eleitoral na América latina: efeitos de características psicológicas individuais em contextos de obrigatoriedade. **Dados**, v. 62, p. 1-37, 2019a.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes. **Caderno CRH**, v. 32, p. 641-657, 2019b.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; FUKS, M. Tolerância política e ativismo de protesto no Brasil: efeitos comportamentais do apoio a direitos políticos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, p. 1-26, 2022.

SANTOS, C. A. **A reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora no Brasil: O anarquismo especifista**. 2020. 505 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SANTOS, T. H. da A. F. dos. **Espaços e modalidades de militância em “causas além-fronteiras” em Portugal (1974-1998)**: a Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau. 2018. 567 f.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SAYÃO, M. L. M. R. Feminismo negro e luta por inclusão nas Américas. In: SCHERER-WARREN, I; PASSOS, J. C. (org.). **Relações étnico-raciais nas universidades**: os controversos caminhos da inclusão. 1. ed. Florianópolis: Atilende, 2014. p. 33-51.

SCHAEFER, M. I. **Associativismo de pessoas com deficiência em Santa Catarina**. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SCHERER-WARREN, I. As múltiplas faces da exclusão nas lutas pela cidadania. **Caderno CRH**, v. 17, n. 40, p. 55-60, 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem Fronteiras**: Ações Coletivas na Era da Globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, I. Desafios para uma sociologia política brasileira: os elos entre movimentos e instituições. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, n. 38, jan./abr. 2015, p. 44-62.

SCHERER-WARREN, I. **Entrevista**. Entrevista concedida a Marco Antonio Perruso em janeiro de 2007. Arquivos NPMS. Florianópolis\SC.

SCHERER-WARREN, I. et al. (org.). **Cidadania e multiculturalismo**: a teoria social no Brasil contemporâneo. Lisboa/Florianópolis: Sosius/EDUFSC, 2000. v. 1. 202p.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SCHERER-WARREN, I.; ESPÍRITO SANTO, A. C. M. Movimento negro e implantação das ações afirmativas na UFSC. In: SCHERER-WARREN, I; PASSOS, J. C. (org.). **Relações étnico-raciais nas universidades**: os controversos caminhos da inclusão. 1. ed. Florianópolis: Atilende, 2014. p. 95-101.

SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. (org.). **Uma Revolução no Cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. (org.). **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

SCHERER-WARREN, I.; PASSOS, J. C. (org.). **Relações étnico-raciais nas universidades**: os controversos caminhos da inclusão. 1. ed. Florianópolis: Atilende, 2014.

SEIDL, E. Engajamento e investimentos militantes: elementos para discussão. In: CARRANO, P. C.; FÁVERO, O. (org.). **Narrativas Juvenis**: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais. Niterói: EDUFF, 2014a. p. 55-70.

SEIDL, E. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. **Política & Sociedade**, v. 13, p. 63-78, 2014b.

SEIDL, E. Viagem pela alta hierarquia: pesquisa de campo e interações com elites eclesiásticas. In: PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015. v. 1. p. 121-150.

SEIDL, E. Elites e instituições: pistas para investigação. In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos (org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**: reflexões e aplicações não canônicas. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 97-125.

SEIDL, E. Uma elite pouco (re) conhecida: o episcopado brasileiro. **Tempo Social**, v. 29, p. 35-60, 2017.

SEIDL, E. Do interesse ao ativismo: espaços de politização e investimentos militantes. In: LÜCHMANN, L. H. H.; BAUMGARTEN, B. (org.). **Modalidades e trajetórias de participação política no Brasil e em Portugal**. Florianópolis: Insular, 2018a. v. 1. p. 177-198.

SEIDL, E. Espaços de politização e processos de engajamento em Sergipe. **Tomo**, p. 211-242, 2018b.

SEIDL, E. Catolicismo e mediação cultural no extremo sul do Brasil. In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. (org.). **Estudos de elites e formas de dominação**. São Leopoldo: Oikos, 2020a. p. 63-90.

SEIDL, E. Famílias das armas: reprodução familiar e carreiras no exército brasileiro (1850-1930). **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 17, p. 69, 2020b.

SEIDL, E. Um capital militante em transformação? Tensões e ambiguidades na militância do Movimento Passe Livre. **Estudos de Sociologia**, v. 26, p. 175-209, 2021.

SEIDL, E.; NERIS, W. S. Catolicismo impuro: politização e transgressões da fronteira do religioso. **Revista Política e Sociedade**, v. 16, p. 252-285, 2017.

SEIDL, E.; NERIS, W. S. Por uma sócio-história dos imbricamentos entre os domínios religioso e político. In: SANTIROCCHI, I. D.; FERREIRA, M. M.; NERIS, W. (org.). **Religiões e religiosidades no Brasil**: história, historiografia. São Luís: Editora UEMA, 2018, v. 1. p. 10-58.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. de O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 187-226, 2016.

SILVA, M. C. GOMIDE, C. M; WANDERLEY, M. B.; PAZ, R. D. O; DINIZ, T. M. R. G. Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 112-125, jan./mar. 2012.

SILVA, G.U. L. **O desempenho e as cotas**. O caso da UFSC. 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, R. **Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil**: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos. 2016. 192 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVEIRA, T. G. da. “**Guardião da Sociedade**”: uma sociologia do Ministério Público. 2022. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. 2023. Disponível em: <http://sbsociologia.com.br/project/ilse-scherer-warren/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SOUZA, C. C. **O Movimento Indígena e a Luta Emancipatória**. 2015. 425 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SZWAKO, J.; DOWBOR, M.; ARAÚJO, R. A Produção de Artigos Acadêmicos sobre Movimentos Sociais Publicados nos Periódicos Brasileiros (2000-2017): tendências e inovações. **BIB**, v. 92, p. 1-22, 2020.

TABORDA, L. **Entre o discurso da caridade e da defesa de direitos**: o associativismo religioso em Florianópolis e seus repertórios de atuação. 2018. 229 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

VALENTE, R.; BORBA, J. Tropical Trump, or a very Brazilian tale? Social class resentment as a moderating factor between anti-PT sentiment and the vote for Jair Bolsonaro in 2018. **Opinião Pública**, v. 29, p. 24-41, 2023.

VALENTE, R.; CARDOSO, G. R.; BORBA, J.; MONTEIRO, F. M. Una contribución al estudio de la polarización sociopolítica en Brasil. **Revista de Estudios Sociales**, v. 1, n. 17, p. 99-113, 2020.

WARREN, M. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University, 2001.

Recebido em 28/07/2023
Aceito em 15/09/2023
Publicado em: 12/09/2024

Contributions by the NPMS to the field of studies on Social movements, Participation, and Democracy (2014-2023)

Abstract

Celebrating the 40th anniversary of the Nucleus for Research in Social Movements (Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, NPMS), the article presents a mapping of student (Postgraduate) and teaching production in the last decade (2014-2023), with quantitative data (NPMS academic production by type and by thematic), and qualitative, highlighting four analytical axes that appeared in a more structuring way in the set of his investigations and publications, in many cases in a transversal perspective, namely: Participation and political representation of social minorities; Modalities and articulations “of” and “between” participation and institution/political representation; Religion and politics; and Theoretical reflections on associations, participation and democracy. The article also pays tribute to Professor Ilse Scherer-Warren, founder and central reference in the production of the NPMS.

Keywords: NPMS, social movements, associativism, political participation, democracy